

# DA DISCIPLINA AO CONTROLE: CONTRIBUIÇÕES DE FOUCAULT E DELEUZE PARA PENSAR O TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE

DANIELA ALVES DE ALVES<sup>1</sup>  
LUIZ FELIPE ROCHA BENITES<sup>2</sup>

## Resumo

Este artigo propõe fazer uma interlocução entre algumas teorias que dão conta das configurações de poder na sociedade contemporânea bem como articulá-las com as transformações mais recentes no mundo do trabalho. Parte da vigência da sociedade disciplinar, explorada por Michel Foucault e direciona-se à passagem histórica para a sociedade de controle, apontada timidamente por Foucault e desenvolvida por Gilles Deleuze e Michael Hardt. Quanto ao trabalho na sociedade contemporânea, aponta as transformações tanto em termos tecnológicos e organizacionais, quanto no que diz respeito à expansão do chamado "trabalho imaterial", teorizado por Negri e Hardt. Por último, este texto propõe a articulação entre o controle ilimitado e contínuo e a expansão de novas ocupações e de novas modalidades de organização do trabalho.

**Palavras-chaves:** sociedade disciplinar; sociedade de controle; trabalho imaterial, transformações no trabalho.

## Abstract

*This article proposes to make discussion among some theories that deal with configurations of power in the contemporary society as well as to link with the recent transformations in the labor world. Depart from validity of disciplinary society, explored by Michel Foucault and conduct to historical transition to control society, indicated softly by Foucault and developed by Gilles Deleuze e Michael Hardt. As for the labor in contemporary society, it points out the transformations not only in technologies terms and organizational but also concerning to expansion of called 'immaterial labor', examined by Negri and Hardt. At last it suggests the articulation between the unlimited and continued control and expansion of new occupations and new modalities of labor organization.*

**Key words:** disciplinary society; control society; immaterial labor, changes in the labor.

## Introdução

O trabalho há muito tempo ocupa um lugar de destaque nas reflexões das ciências humanas e sociais, podendo ser considerado uma categoria fundante da cultura humana juntamente com a articulação e o desenvolvimento do pensamento simbólico. A esfera do trabalho, que já chegou a se constituir em um espaço tão importante de socialização quanto a igreja e a família, em especial na sociedade moderna ocidental, passa por bruscas transformações contemporaneamente. Algumas destas transformações são tendências apontadas desde a primeira revolução industrial, como é o caso da expansão técnica, outras são fruto das mudanças recentes no modo de regulação do capitalismo e nos processos produtivos motivados pelas crises do capitalismo e pela pressão de competitividade.

Dentre os motivos principais da crise do chamado modelo fordista de produção<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora substituta no Departamento de Sociologia e Política da UFSM e professora no Centro Universitário Franciscano.

<sup>2</sup> Mestrando em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

<sup>3</sup> Modelo de produção empregado pela primeira vez por Henry Ford em sua fábrica, na primeira década do século XX, cujas principais características são a produção e o consumo em massa, uma alta divisão do trabalho, ancorada pela linha de montagem, a extensa mecanização e o compromisso com a negociação com os sindicatos, em troca do aumento da elevação da produtividade. (CAITANI, 1997)

e do Estado de Bem-estar Social, iniciada na década de 70, diante da expansão da competitividade internacional e da limitação da lucratividade, destacamos, dentre outros igualmente importantes: o advento da microeletrônica, da automatização e da informatização dos sistemas e as resistências do empresariado às demandas crescentes dos sindicatos. Estaríamos, então, diante de um novo modelo produtivo, que prioriza não mais a produção em massa do modelo fordista mas a produção flexível<sup>4</sup>, onde a demanda é não mais a oferta de grandes lotes de produtos padronizados, comanda a produção, experiência radicalizada pelo modelo japonês.

Em termos de organização do trabalho, a produção de pequenos lotes potencializa o trabalho em células ou equipes, que estariam empenhadas em tarefas menos mecânicas e mais ricas, incluindo a polivalência (o manejo de mais de uma tarefa pelo trabalhador), o que pode pressupor a tendência de expansão da qualificação dos trabalhadores nas indústrias modernas. Embora percebamos que há uma expansão da qualificação de alguns grupos de trabalhadores em alguns setores específicos da produção, por outro há aqueles setores e grupos de trabalhadores que estão ainda distantes da qualificação<sup>5</sup>, o que é corroborado pela utilização freqüente de mão de obra barata e desqualificada em países pobres por empresas transnacionais, realocadas espacialmente.

Somadas a esta flexibilização da produção e do trabalho, está a flexibilização também dos direitos dos trabalhadores, por um lado pelo retrocesso de conquistas adquiridas na vigência do modelo de Estado de Bem-estar Social na Europa e nos EUA, por outro pela destregulamentação do trabalho em países periféricos, como o Brasil - que não chegaram a configurar um Estado de Bem-estar - estimulada pelas altas taxas

de desemprego, em especial o chamado desemprego estrutural, ou seja, a eliminação definitiva de postos de trabalho em função da tecnologia adotada (Larangeira, 1999). As formas de ocupação precárias, como o trabalho parcial, o trabalho temporário, o trabalho sem carteira assinada, têm aumentado juntamente com o desemprego. Neste sentido, se pudéssemos resumir a realidade do trabalho hoje em algumas palavras estas seriam flexibilidade, desregulamentação e instabilidade e, no extremo, o que Castel (1998) denominou "desfiliação". A desfiliação pressupõe a desestruturação dos laços sociais em função do não pertencimento do indivíduo à coletividade, situação agravada em função do desemprego, da retração do modelo de proteção do Estado, e da expansão do "individualismo negativo".

O desenvolvimento tecnológico, o surgimento de novos modelos de organização do trabalho e de novas ocupações, dentre outras características da esfera produtiva na atualidade, estimulou uma rica discussão a respeito da centralidade da categoria trabalho na explicação sociológica.<sup>6</sup> Esta polêmica não fez o trabalho desaparecer do debate no campo do pensamento social, mas reatualizou e redirecionou as abordagens que buscam dar conta das suas novas configurações na sociedade. As perspectivas mais consistentes na crítica à centralidade da categoria trabalho nas narrativas explicativas sociológicas afirmam que a esfera comunicacional se apresenta como dimensão privilegiada para o entendimento da vida social, vide a teoria da ação comunicativa de Habermas (1999). Neste texto, nossa intenção não é revisar ou aprofundar este debate, mas adotar uma perspectiva que não opõe mundo do trabalho e esfera comunicacional. Por isso, uma de nossas referências é a reflexão de Michael Hardt e Antônio Negri (2001) sobre o trabalho imaterial. Estes autores analisam como a dimensão comunicativa e interativa tem se tornado um elemento fundamental

<sup>4</sup> A abrangência que teria este modelo é discutida exaustivamente pelos estudiosos do trabalho. Uma boa revisão é apresentada por Antunes (1999b).

<sup>5</sup> Sobre este debate ver Leite (1994).

<sup>6</sup> Sobre este debate ver as obras de Offe (1989), Gorz (1982) e Antunes (1999a).

nos processos de trabalho em uma economia cada vez mais informacionalizada.

Neste artigo não nos restringimos à discussão em torno da imaterialidade do trabalho na sociedade contemporânea. Procuramos caminhos para pensar o mundo do trabalho sob o prisma das novas configurações das relações de poder na sociedade contemporânea. As conexões entre trabalho e relações de poder vêm se transformando ao longo do desenvolvimento capitalista, muitas vezes com a sobreposição de distintas técnicas de dominação. No século XIX, Marx (1988) já havia ressaltado os mecanismos de exploração que separavam o trabalhador dos meios de produção e do objeto que ele produzia, gerando assim sua alienação, ao mesmo tempo em que permitiam ao capital se expandir através da extração de mais-valia.

Hoje, como aponta Foucault (1995), os processos de sujeição se desenvolvem principalmente através dos dispositivos de controle disciplinar e do surgimento dos saberes sobre o sujeito. As tecnologias de assujeitamento funcionam como mecanismos que nos prendem a nós mesmos, que nos tornam reféns de identidades rígidas, enfim, que condicionam e aprisionam as subjetividades. Contra este assujeitamento se desenvolvem formas de lutas específicas, diferentes daquelas predominantes contra a dominação (período feudal) e contra a exploração (século XIX), embora o autor reconheça que elas coexistam ainda hoje.

Deleuze (1992), levando adiante aspectos latentes na reflexão de Foucault, nos situa em uma transição, desde o fim da II guerra, de uma sociedade disciplinar para uma sociedade de controle. Esta transição, que não significa a eliminação total de aspectos de um modelo societário na passagem para um outro, marca a constituição de novos dispositivos de poder que se disseminam e se sofisticam com enorme rapidez. Os novos mecanismos engendram também novas produções, ao mesmo tempo materiais e subjetivas, como por exemplo, o molde e a modulação de um novo "homem". Certamente, as transformações em curso se

investem no universo do trabalho, quando não são produzidas lá mesmo. Vejamos como, em cada modelo de sociedade, se articulam tecnologias – antes de tudo humanas do que materiais, como afirma Deleuze (1988, p.49) – para forjar o "homem" de distintas épocas.

### A sociedade disciplinar e a produção do indivíduo

As formas de exploração do trabalho no capitalismo estiveram estreitamente articuladas com o desenvolvimento das tecnologias disciplinares, cujo objetivo era a produção de corpos dóceis. A tecnologia disciplinar, surgida no século XVII, é a responsável pela política de dominação que transformou o corpo em força de trabalho. O corpo, para ser útil, deve ser além de produtivo, submisso. Em *Vigiar e Punir*, Foucault reporta as várias técnicas disciplinares de "distribuição dos indivíduos no espaço" (Foucault, 1993, p.130). É importante o esquadramento do espaço, evitando os agrupamentos, o desaparecimento dos indivíduos, sua circulação difusa, mantendo

... cada indivíduo no seu lugar e em cada lugar, um indivíduo.[...] Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos (Foucault, 1993, p.131).

O aparelho disciplinar supõe recursos de adestramento, como a vigilância hierárquica e a sanção normalizadora. A sanção normalizadora é um conjunto de micro penalidades do tempo, da atividade, da maneira de ser, dos discursos, do corpo e da sexualidade. Mas o principal instrumento de controle das técnicas disciplinares é a vigilância. Com relação aos espaços de traba-

lho, o grau em que os subordinados estão visíveis para os escalões superiores afeta a maior ou menor facilidade de vigilância. A vigilância permite a “distribuição eficaz dos corpos” nas organizações. Ela deve ser permanente e infinita, cobrindo todo o espaço a ser esquadrihado.

Além do espaço, o autor aborda o controle do tempo como elemento disciplinar, que garante a exatidão, a rapidez e a eficácia dos gestos empreendidos pelo corpo. A disciplina prevê uma organização crescente e exaustiva do tempo. Um outro aspecto importante da disciplina, para Foucault, é o registro do conhecimento, onde se demonstra que ao exercício do poder corresponde a produção de um saber (Foucault, 2000). A fábrica constituiu-se, desde o seu surgimento, em um dos espaços privilegiados de exercício das técnicas disciplinares reforçando esta característica com o advento da organização científica do trabalho.

O corpo é o primeiro e principal alvo da disciplina. A imposição de uma forma social de controle sobre o corpo se encontra em todas as sociedades. Foucault (2000) aponta-nos o desafio de descobrir quais são as tecnologias de poder vigentes e dominantes contemporaneamente.

Eu penso que do século XVII ao início do século XX, acreditou-se que o investimento do corpo pelo poder devia ser denso, rígido, constante, metucioso. Daí esses terríveis regimes disciplinares que se encontram nas escolas, nos hospitais, nas casernas, nas oficinas, nas cidades, nos edifícios, nas famílias... E depois a partir dos anos sessenta, percebeu-se que este poder tão rígido não era assim tão indispensável quanto se acreditava, que as sociedades industriais podiam se contentar com um poder muito mais tênue. Descobriu-se, desde então, que os controles da sexualidade podiam se atenuar e tomar outras formas... Resta estudar de que corpo necessita a sociedade atual... (Foucault, 2000, p.147-148).

Nesta passagem de seu texto, o autor alerta para as sutis mudanças nos regimes de poder, já na metade do século XIX. Isto implica na emergência de uma nova tecnologia de poder que não exclui a precedente (a tecnologia disciplinar), “... mas que a embute, que a integra, que a modifica parcialmente e que, sobretudo, vai utilizá-la implantando-se nela, e incrustando-se efetivamente graças a essa técnica disciplinar prévia” (Foucault, 1999b, p. 289). Esta nova técnica se dirige a multiplicidade dos homens, a um novo corpo: “um corpo de múltiplas cabeças, se não infinito pelo menos numerável” (idem, p. 292).

É a noção de população que começa a emergir a partir de um conjunto de problemas colocados à prática governamental, como saúde, raça, higiene, natalidade, referente a um determinado conjunto de seres humanos. A esta forma de racionalizar e atuar sobre esta problemática, Foucault (1997, p.89) denominou “biopolítica”. Para dar conta deste novo personagem (a população), novas técnicas e novos saberes precisavam ser desenvolvidos, e a medicina e a estatística muito contribuíram para este objetivo. Tratava-se, agora, não mais de dar visibilidade, esquadrihar e constituir um corpo individualizado. A tecnologia nascente buscava, pelo contrário, num movimento de totalização, a regulação dos fatos aleatórios que acometem uma determinada população (Foucault, 1999b, p. 293). O nascimento da “biopolítica” marca a emergência de outros mecanismos, mais globais, de busca de equilíbrio, de regularidade, enfim, mecanismos de gestão da vida. O que se procura assegurar ao “homem-espécie” não seria uma disciplina, mas uma regulamentação.

Portanto, os novos mecanismos de poder ainda destinam-se à extração e maximização de forças do homem, contudo, de forma diferenciada (idem, p. 294). E, justamente por estarem em níveis diferentes, não se excluem e articulam-se aos mecanismos disciplinares. São exemplos, deste fenômeno:

... os sistemas de seguro saúde ou de seguro-velhice, regras de higiene que garantem a longevidade ótima da população; pressões que a própria organização da cidade exerce sobre a sexualidade, portanto, sobre a procriação; (...) os cuidados dispensados às crianças; a escolaridade, etc (idem, p. 300).

O que Foucault parece indicar, em seus últimos textos, é uma tendência dos dispositivos de poder se expandirem e se tornarem mais contínuos, a partir do início do século XX. É verdade que o capitalismo muito se valeu das tecnologias disciplinares para produzir corpos dóceis e produtivos. A utilização do confinamento, dos controles de tempo, da vigilância hierárquica e da sanção normalizadora parecem ter encontrado no modelo taylorista de gestão do trabalho, a forma mais ilustrativa de produção de assujeitamento e docilidade dos trabalhadores fabris. Entretanto, a ampliação dos mecanismos reguladores no mundo ocidental revela uma tendência implícita nas obras de Foucault, porém explicitada na reflexão de Deleuze (1992): a passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle. Esta passagem, que envolve a predominância de uma tecnologia de poder mais contínua e permanente, não ocorre por fora da dinâmica capitalista e é indissociável das intensas mudanças que ocorrem no mundo do trabalho nas últimas duas décadas.

Podemos pensar em todas as práticas discursivas e não discursivas contemporâneas que valorizam a participação do trabalhador, o seu engajamento criativo, o seu comprometimento no trabalho e que significa, nas suas últimas conseqüências, formar uma família com os membros da empresa, como nos mostrou o exemplo histórico da "família toyota" no Japão e tantos outros atualmente. São também exemplos da vigência deste controle contínuo na sociedade contemporânea a espionagem dentro da empresa, possibilitando que a gerência acesse ao conteúdo das mensagens enviadas e recebidas na rede por seus funcionários, bem

como o advento do controle informatizado da produtividade, o que dá um caráter de impessoalidade e de precisão ao trabalho de supervisão.

### A Emergência da "Sociedade de Controle"

Segundo Deleuze (1992), aos poucos a antiga "sociedade disciplinar" foucaultiana parece dar lugar a uma "sociedade de controle". Ou seja, estaríamos passando – não em um sentido evolutivo ou mesmo completo – de uma forma de organização societal marcada por técnicas e saberes que forjaram o homem confinado, individualizado, produtor descontínuo de energia para uma forma onde o controle é de curto prazo, contínuo e ilimitado. Nessa "sociedade de controle", o número que indicava o lugar do indivíduo na massa é substituído pela "cifra" ou senha que marca o acesso ou a rejeição, a posição de cada um, lícita ou ilícita. Nessa sociedade a antiga fábrica, do disciplinamento, do confinamento dá lugar à empresa, do controle contínuo e difuso, de auto-deformação permanente.

Um dos sintomas desta passagem é que as fronteiras entre o fora e o dentro parecem se diluir à medida que os muros das instituições sociais começam a ruir. Na modernidade, as instituições se constituíram em espaços fechados, "...forneciam um lugar discreto (o lar, a capela, a sala de aula, a oficina) onde se opera a produção de subjetividade" (Hardt, 2000, p. 368). Durante a vida, os indivíduos transitavam por diversos espaços, que nunca deixavam de marcar suas fronteiras. Conforme Deleuze, a passagem de um espaço ao outro sempre foi bem marcada nos discursos: "você não está mais na sua família, você não está mais na escola" (Deleuze, 1992, p. 219).

No capitalismo contemporâneo, não só o corpo, mas a própria 'mente' aparecem inscritos em um território que não tem o esquadramento, a separação e o confinamento como técnicas mais importantes. Segundo Deleuze (op.cit.) nas socieda-

des de controle ainda persistem alguns espaços demarcados para o confinamento e o disciplinamento de determinados grupos, porém estão enfraquecidos e obsoletos diante da possibilidade de homogeneização dos espaços de trabalho, de lazer, familiar. Como mencionamos anteriormente, onde o trabalhador estiver é sempre um representante comprometido da empresa, com um corpo que carrega uma marca, um corpo propaganda, um corpo marketing, um corpo que veste a camiseta, independente de onde for.

Nas palavras do autor vivemos, então, a transição de uma sociedade baseada na modelagem para a sociedade das modulações. Enquanto falamos em molde estamos nos referindo uma moldagem fixa, uma forma, já modulação pressupõe uma flexibilidade da própria moldagem, pressupõe um deformador universal e abrangente, que não necessita da separação entre escola, fábrica, prisão. Segundo Deleuze:

Os confinamentos são moldes, distintas moldagens, mas os controles são uma modulação, como uma moldagem auto-deformante que mudasse continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro (Deleuze, 1992, p.221).

Uma outra distinção presente na nova formação social é que ao invés da assinatura como indicador da existência do indivíduo, e do número de matrícula como indicador de sua *posição numa massa*, o fundamental para o controle passa a ser a *senha* (op.cit., p. 222). A senha de um indivíduo permite o acesso ao histórico de seus passos durante a semana, o mês, ou mesmo durante a vida, expandindo a capacidade de regulação de que falamos anteriormente, já que muitos dos órgãos do Estado têm acesso à "ficha" de cada indivíduo utilizando-se de um único código. Emerge destes mecanismos de poder um novo homem:

O controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado, ao passo que a disciplina era de longa duração, infinita e descontínua. O homem não é mais o homem confinado, mas o homem envidado (idem, p. 224).

O controle e a comunicação instantânea de que nos fala o pensador francês encontram nos recursos telemáticos um poderoso meio de efetivação na sociedade atual, segundo Veiga-Neto (2000). O barateamento e o fácil manuseio dos circuitos fechados de televisão, dos sistemas de informação e seus respectivos bancos de dados ampliam as possibilidades da visibilidade panóptica, da disseminação dos mecanismos contínuos de controle social, abrandando, de certa forma, as tradicionais tecnologias de confinamento, esquadramento e fracionamento de tempo. A prática do controle é, muitas vezes, simultânea, pois em um mesmo equipamento ou sistema podem ser realizados o gerenciamento e a execução de uma determinada tarefa.

Na leitura de Michael Hardt (2000), a imagem traçada por Deleuze (op. cit.) precisa de articulações com outros processos para caracterizar as mudanças que vem se operando na sociedade contemporânea. Este autor, em reflexões compartilhadas com Toni Negri, destaca fundamentalmente dois processos, segundo os quais a nova formação social sugerida por Deleuze precisa ser conectada:

... qualificamos o primeiro processo de enfraquecimento da sociedade civil, o que, assim como a passagem à sociedade de controle remete ao declínio das funções mediadoras das instituições sociais; com o segundo ocorre a passagem do Imperialismo, produzido inicialmente pelos Estados-Nação europeus, ao império, à nova ordem mundial, que se estende hoje em torno dos Estados Unidos, com as instituições transnacionais e o mercado mundial (Hardt, op.cit., p. 358).

Aprofundando esta reflexão, Michael Hardt e Antônio Negri em seu livro recente, *Império* (2001), fizeram um diagnóstico crucial da nossa contemporaneidade: não há mais um "fora" para o Capitalismo, suas fronteiras não compreendem limites e se encontram em permanente expansão. A soberania política moderna, alicerçada nos Estados-Nação cede lugar as novas formas de regulação da vida econômica, política e social que se desterritorializam e reterritorializam permanentemente. A sugestão de Hardt (2000) é "que a forma social tomada por esse novo Império é a sociedade de controle mundial" (op. cit., p. 358).

A implicação desta hipótese do autor é que:

A sociedade de controle (...) não se organiza em torno de um conflito central, mas em uma rede flexível de microconflitualidades. As contradições, na sociedade imperial, são múltiplas, e proliferam em todos os lugares. Os espaços dessa sociedade são impuros, híbridos (Hardt, 2000, p. 371).

Diante deste cenário, a esfera do trabalho se mostra uma dimensão rica para investigar novas técnicas de poder, suas conflitualidades e suas potenciais resistências e singularizações. Que novo trabalhador está sendo forjado e constantemente modulado nesta sociedade de controles cada vez mais difusos e permanentes? As respostas para perguntas como essa somente uma variedade de pesquisas pode construir, mas as reflexões apresentadas indicam caminhos que podem contribuir para a análise deste campo.

#### **O trabalho na sociedade mundial de controle**

Que novas configurações o trabalho assume contemporaneamente? Exige-se do trabalhador contemporâneo uma postura de flexibilidade, que implica em operar

tecnologias mais complexas e envolver-se como colaborador da empresa. Por outro lado, exige-se deste mesmo trabalhador o controle emocional (Mance, 1999). O autocontrole aparece nos discursos de algumas atividades como sendo uma das qualidades, em termos de habilidades pessoais, em especial em atividades de prestação de serviços, que envolve o contato, a inter-relação pessoal, a produção de afetos, enfim aquelas atividades que pressupõe um trabalho imaterial, na definição de Hardt e Negri (2001). Segundo os autores, o trabalho imaterial significa "trabalho que produz um bem imaterial, como serviço, produto cultural, conhecimento ou comunicação..." (op. cit., p.311).

De acordo com estes pensadores, viveríamos em uma transição para uma economia informacional, a qual geraria uma mudança na qualidade e na natureza do trabalho. O trabalho imaterial é o modelo predominante neste novo cenário. O produto deste tipo de trabalho se encontra na ordem do simbólico, daquilo que envolve a linguagem, a comunicação, os afetos, que produz bens não tangíveis (serviços, entretenimento, conhecimento) e, por isso mesmo, imateriais. Ele é mais homogêneo, mais abstrato do que concreto. Pressupõe a manipulação de símbolos e informação, mas também o contato, a interação humanas, enfim, a geração de afetos, que pode ser real ou virtual.

Podemos citar cada vez mais atividades que assumem características de trabalho imaterial, e que estão em pleno crescimento numérico apesar da expansão do desemprego. Dentre elas podemos citar as atividades de teleatendimento, serviços 0800, serviços pessoais tais como serviços de saúde, de cuidados estéticos em geral, de atendimento espiritual, a produção midiática. Hardt e Negri (2001) chamam atenção para o fato de que até mesmo ocupações da indústria, consideradas mais tradicionais, assumem as características do trabalho imaterial, vide a introdução dos CCQs e as habilidades que este programa exige, o próprio comércio e o incremento das técnicas

de persuasão e sedução de clientes alavancadas pelo marketing e outros "saberes empresariais".

O trabalho imaterial representa uma dimensão importante do processo de produção da vida, pois ele se insere no contexto biopolítico da sociedade de controle. Para Hardt e Negri (2001) existiriam três tipos de trabalho imaterial que impulsionariam a pós-modernização da economia global e a informatização da produção:

O primeiro está envolvido numa produção industrial que foi informacionalizada e incorporou tecnologias de comunicação de um modo que transforma o próprio processo de produção. A atividade fabril é vista como serviço, e o trabalho material da produção de bens duráveis mistura-se com o trabalho imaterial e se inclina na direção dele. O segundo é o trabalho imaterial de tarefas analíticas e simbólicas, que se divide na manipulação inteligente e criativa de um lado e nos trabalhos simbólicos de rotinas de outro. Finalmente, a terceira espécie de trabalho imaterial envolve a produção e a manipulação de afetos e requer contato humano (virtual ou real), bem como trabalho do tipo físico (idem, p. 314).

É sobre o terreno da produção imaterial, articulada à produção de bens materiais, que vão agir as novas tecnologias de controle contínuo e permanente, bem como vão se reatualizar as práticas disciplinares na contemporaneidade. O discurso do poder permeia o ambiente de trabalho, mas concentra-se em alguns momentos estratégicos, em especial constituindo dimensões do processo de produção imaterial. São exemplos destas estratégias os treinamentos comportamentais, as reuniões de setor, as reuniões de imersão, (treinamentos de caráter motivacional, afastados do ambiente da empresa), as células de trabalho, os grupos de melhoria, ou ainda as sessões de atendimento psicológico.

Percebe-se a convivência de práticas de escrutínio físico e psicológico, conformando a lógica do exame (Foucault, 1993) com práticas mais sofisticadas que implicam a produção e a satisfação de desejos ligados ao trabalho. Portanto, o trabalhador hoje não é apenas um corpo útil e disciplinado, é um corpo flexível, opinativo, personalizado, comprometido.

Uma outra face deste novo regime de poder é a utilização de recursos da telemática nas relações estratégicas de controle dos modos de trabalhar. Segundo Deleuze (1992), o computador opera uma modulação universal. Neste sentido, podemos dizer que a informatização dos sistemas de informação, de produção, de gestão de atividades, de educação, inscreve-se como uma potencialidade, podendo constituir-se em um dos mais importantes instrumentos de controle contínuo, mas também podendo ser fonte difusora de redes de resistência e criação de novas formas de sociabilidade e articulação política. Neste caso basta pensarmos nas redes de informação criadas por sindicatos, movimentos sociais e sociedade civil para compartilhar informações e propor práticas singulares.

Isto acontece porque a tecnologia dominante em uma sociedade interfere diretamente no seu modo de vida, de trabalho, de relações sociais, de conhecer, de medir e dispor do tempo e do espaço, na produção de tecnologias políticas do corpo. A informatização das tarefas significa aquisição de novos conhecimentos e habilidades, de uma nova relação do trabalhador com o seu trabalho. Contudo, muitas vezes a informatização tem sido utilizada de uma forma serializante ao permitir a repetição contínua de determinadas tarefas, a redução da autonomia dos trabalhadores e a intensificação do trabalho. Ao mesmo tempo a tecnologia informática, muitas vezes, permite dispensar empregados, já que torna possível a realização de várias tarefas pela mesma pessoa, ou porque intensifica o ritmo da atividade. Algumas vezes há uma redução nos postos de trabalho, mesmo em

situações de incremento da demanda por aquele serviço.

No cenário atual podemos afirmar que vivemos em um ambiente onde se associam práticas disciplinares de poder, tecnologias de si na constituição do sujeito trabalhador e a expansão do controle sem barreiras. Neste contexto há pouco espaço para a formação de uma subjetividade singularizante, ou seja, para o desenvolvimento de relações interpessoais e de um modo de trabalhar imbuídos de desejos e expectativas da coletividade. Segundo Guattari (1986) a subjetivação capitalística é composta de enunciados, modelos de identidade, os quais estão ligados à maneira de perceber o mundo, homogeneizando os modos de expressão, adaptando e institucionalizando as singularizações. São restritos os espaços para as diferenças perante a subjetividade dominante, o que não impede o surgimento de singularizações e resistência em diversos âmbitos da realidade social.

Segundo Foucault (1999a), onde se articulam técnicas de poder também se articulam práticas de resistência. Esta resistência pode, inclusive, advir do próprio desenvolvimento dos sistemas de informação e comunicação, geralmente instrumentalizados para a exploração e sujeição. Assim, a telemática pode ser um recurso para alimentar a formação de redes de troca e de sociabilidade que se constituam em linhas de fuga ao Império.

### Considerações finais

Diante do mapa traçado, é temeroso tentar esboçar conclusões definitivas. Trata-se de um campo aberto às investigações empíricas. Um empreendimento mais modesto, e talvez mais adequado, seja inventariar alguns aspectos gerais que a reflexão elaborada permitiu distinguir.

Nota-se que em algumas formas de organização do trabalho se estabelece uma combinação entre práticas de disciplinamento, baseadas em práticas de vigilância hierárquica, sanções normaliza-

doras e exame, juntamente com práticas contínuas de controle, potencializadas pelas exigências de formação permanente, de comprometimento constante com a instituição, de satisfação de necessidades de origem afetiva e pessoalizada com o cliente. Isto implica em pensar na emergência atual de atividades que combinam as tecnologias informacionais, a geração de produtos intangíveis e a produção clássica de saberes disciplinares e de corpos disciplinados.

Nos marcos da soberania imperial caracterizada por um capitalismo que parece não compreender mais fronteiras, a análise das formações sociais atuais aponta para a tendência à predominância de tecnologias de poder contínuo na produção da vida contemporânea. Tal poder tem com um de seus dispositivos as mudanças na qualidade e na natureza do trabalho, tendência expressa pela expansão do trabalho imaterial. Ou seja, poder e trabalho são duas dimensões que se articulam em novas e complexas relações que combinam exploração, dominação e sujeição. O trabalho imaterial, ao mesmo tempo em que se constitui como superfície de inscrição e difusão do controle, carrega consigo uma gama de potencialidades de fuga, de singularizações, já que não se amarra ao modelo disciplinar da sociedade moderna. Tal conjuntura não mostra evidências de supressão das lutas sociais por autonomia e liberação, outrossim abre espaços para reinvenções e novas criações, pois como afirmou Deleuze (1992, p. 220): "Não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas."

### Referências Bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. 1999a. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- \_\_\_\_\_. 1999b. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Ed. Cortez; Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

- CASTEL, Robert. 1998. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis/RJ: Vozes.
- CATTANI, Antonio David (org.). 1997. *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. Universidade.
- DELEUZE, Gilles. 1988. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense.
- \_\_\_\_\_. 1992. Post Scriptum sobre as sociedades de controle. In: *Conversações*. RJ: Ed. 34.
- FOUCAULT, Michel. 1993. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 10. ed. Petrópolis: Vozes.
- \_\_\_\_\_. 1995. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Traduzido por Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- \_\_\_\_\_. 1997. *Resumo de Cursos no Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editores.
- \_\_\_\_\_. 1999a. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal.
- \_\_\_\_\_. 1999b. *Em Defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. 2000. *Microfísica do Poder*. Traduzido e organizado por Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal.
- GUATTARI, Félix, ROLNIK, Suely. 1986. *Micropolítica- Cartografias do Desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- GORZ, André. 1982. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense.
- HABERMAS, Jürgen. 1999. *Teoria de la acción comunicativa: crítica de la razón funcionalista*. Madrid: Taurus.
- HARDT, Michael. 2000. A Sociedade Mundial de Controle. In: ALLIEZ, Éric (org.). *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: Ed. 34.
- HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. 2001. *Império*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record.
- LARANGEIRA, Sônia M. G. 1999. A realidade do trabalho em tempo de globalização: precarização, exclusão e desagregação social. In: TAVARES DOS SANTOS, José Vicente (org.) *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec.
- LEITE, Márcia. 1994. *O futuro do trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária*. São Paulo: Scritta.
- MACHADO, Roberto. 1990. Deleuze e Foucault. In: *Deleuze e a Filosofia*. Rio de Janeiro: Graal. p. 179-242.
- MANCE, Euclides André Mance. *Globalização, subjetividade e totalitarismo: elementos para um estudo de caso: o governo Fernando Henrique Cardoso*. Disponível na Internet. <http://www.aol.com.br/mance/quatro.htm>. 29 março, 2000.
- MARX, Karl. 1988. *O capital: crítica da economia política*. Vol. I. São Paulo: Nova Cultural. Tradução de Regis Barbosa e Flávio Kothe. Coleção Os Economistas.
- OFFE, Claus. 1989. Trabalho como categoria sociológica fundamental? In: *Trabalho e Sociedade*, Vol. I. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- PAIVA, Antonio Cristian Saraiva. 2000. *Sujeito e Laço Social: a produção de subjetividade na arqueogenealogia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- VEIGA-NETO, Alfredo. 2000. Educação e Governamentalidade Neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: PORTOCARRERO, Vera.; CASTELO BRANCO, Guilherme. (orgs.). *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: Ed. Nau.